

São Paulo, 12 de março de 2026

Ao Excelentíssimo Senhor,
Mauro Vieira
Ministro das Relações Exteriores

À Excelentíssima Senhora,
Marina Silva
Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima

CC:

Excelentíssimo Senhor Sérgio França Danese
Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas (Missão Permanente do Brasil em Nova Iorque)

Excelentíssimo Senhor Maurício Carvalho Lyrio
Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente

Excelentíssimo Senhor Bruno Carvalho Arruda
Chefe da Divisão de Negociação Climática

Excelentíssimo Senhor Carlos Márcio Bicalho Cozendey
Secretário de Assuntos Multilaterais Políticos

Assunto: Solicitação de apoio à resolução de acompanhamento da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Opinião Consultiva da Corte Internacional de Justiça acerca das obrigações dos Estados em relação às Mudanças Climáticas.

Excelentíssimo Senhor Ministro e Excelentíssima Senhora Ministra,

Escrevemos, respeitosamente, para solicitar o apoio do Governo do Brasil à próxima resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a implementação coletiva da Opinião Consultiva relativa às Mudanças Climáticas.

Como o Senhor Ministro e a Senhora Ministra sabem, Vanuatu, com o apoio de um grupo central inter-regional de Estados, circulou um projeto de resolução para consideração dos Estados-membros das Nações Unidas, inclusive por meio de consultas informais. O projeto de resolução saúda a histórica e unânime Opinião Consultiva da Corte e propõe caminhos para apoiar sua implementação coletiva, de modo que a clareza jurídica ora disponível possa ser traduzida em cooperação, ação prática e justiça climática.

Seis meses após a Corte proferir a Opinião Consultiva, a comunidade internacional encontra-se em posição distinta da anterior: com uma nitidez jurídica sem precedentes sobre as obrigações suscitadas pelas mudanças climáticas no âmbito do

direito internacional, e com ênfase na cooperação, na devida diligência e na ação de boa-fé. Os processos da Corte contaram com participação recorde de Estados e de outras partes interessadas. A mensagem é direta: a ação climática não é meramente uma questão de preferência política; trata-se de uma responsabilidade jurídica, devida às pessoas no presente e às gerações futuras.

A Assembleia Geral das Nações Unidas agora tem uma oportunidade, e um dever, de responder em conformidade. Esta resolução é importante porque não é meramente simbólica: é um instrumento prático para mover o sistema multilateral da retórica para a implementação. Reconhecemos que este é um desafio de cooperação multilateral em dois níveis, apoio e coordenação no foro internacional e implementação efetiva no plano nacional, e que ambos exigem articulação interministerial e diálogo com a sociedade civil. Em particular, o projeto de resolução presta apoio incondicional à Opinião Consultiva e insta os Estados a: fortalecer a cooperação internacional quanto ao cumprimento das obrigações jurídicas existentes, inclusive no que tange à responsabilidade estatal; avançar rumo a um consenso sobre uma transição rápida, justa e equitativa, afastando-se dos combustíveis fósseis; reconhecer a realidade histórica, desigual e crescente dos danos climáticos; e reforçar a cooperação de boa-fé entre os sistemas multilaterais.

É essencial que a implementação da resolução seja orientada por uma abordagem baseada em direitos humanos, que integre os princípios da não discriminação, participação efetiva e reparação. Tal abordagem deve assegurar proteção e mecanismos adequados de reparação para os grupos que sofrem impactos desproporcionais das mudanças climáticas, com respeito ao direito à consulta prévia, livre e informada, incluindo povos indígenas, comunidades quilombolas, povos afrodescendentes, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e outras populações historicamente vulnerabilizadas. As medidas de adaptação e de resposta a perdas e danos devem ser sensíveis às desigualdades raciais, de gênero e socioeconômicas, combatendo o racismo ambiental e sendo orientadas por uma perspectiva interseccional de direitos humanos. Esses elementos são fundamentais para proteger vidas, a estabilidade e a credibilidade da cooperação baseada em regras, devendo ser preservados durante o processo de consultas informais.

Trata-se também de um momento que exige coragem. Para os mais vulneráveis do planeta, a crise climática deixou de ser um risco distante: é uma realidade presente e cumulativa que já vem transformando economias, a segurança, a saúde pública e a sobrevivência de comunidades. Nesse contexto, a cautela e a demora não são escolhas neutras; têm consequências. Apoiar uma resolução ambiciosa é uma manifestação de que a comunidade internacional está preparada para enfrentar essa emergência com seriedade, e a Assembleia Geral das Nações Unidas tem a oportunidade de demonstrar que o direito internacional e o multilateralismo permanecem aptos a orientar a ação coletiva quando esta é mais necessária.

Apoiar tal resolução de acompanhamento também está em consonância com a prática consolidada. A Assembleia Geral das Nações Unidas há muito oferece um fórum para responder às Opiniões Consultivas por meio de coordenação, transparência e consideração construtiva de caminhos de implementação. Em um momento em que a confiança nas instituições internacionais está sob tensão, um resultado robusto demonstraria que a orientação jurídica pode ser traduzida em ação coerente e orientada para o futuro.

Nesse espírito, encorajamos respeitosamente que o Governo do Brasil participe de forma construtiva nas consultas informais e apoie a adoção da resolução, inclusive votando a favor, caso seja submetida à votação. Ademais, incentivamos que o Governo do Brasil considere aderir como copatrocinador e contribua para preservar a ambição da resolução, resistindo a esforços que visem diluir os seus elementos centrais, em particular, aqueles que conferem efetividade à Opinião Consultiva por meio da cooperação, de uma transição rápida e equitativa afastando-se dos combustíveis fósseis, com o combate ao racismo ambiental e a promoção de uma adaptação climática e de uma resposta adequada a perdas e danos com perspectiva interseccional de direitos humanos e orientada às necessidades específicas de povos e comunidades mais afetadas.

Ficariamos muito gratos pela oportunidade de compartilhar perspectivas da sociedade civil e sugestões práticas que possam auxiliar Sua Missão e/ou as autoridades a apoiar um desfecho que seja, ao mesmo tempo, ambicioso e exequível. Por favor, não hesite em nos contatar caso um briefing seja útil.

Com a nossa mais alta consideração.

Atenciosamente,

Assinam:

- 1. Conectas Direitos Humanos**
- 2. Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS)**
- 3. Rede Vozes Negras pelo Clima**
- 4. Associação Civil Alternativa Terrazul**
- 5. Fórum Permanente São Francisco**
- 6. Observatório Internacional da Juventude**
- 7. Apremavi**
- 8. Oxfam Brasil**
- 9. Rede Mulheres Litorâneas**
- 10. Instituto Talanoa**
- 11. Projeto Saúde e Alegria**
- 12. Clima de Política**

13. Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia
14. Projeto Hospitais Saudáveis (PHS)
15. Geledés – Instituto da Mulher Negra
16. Greenpeace Brasil
17. Instituto Socioambiental (ISA)
18. Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)
19. World's Youth for Climate Justice
20. Uma Gota no Oceano
21. World Animal Protection Brazil – Proteção Animal Mundial
22. LACLIMA
23. Instituto de Estudos da Religião – ISER
24. Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)
25. Climate Action Network Latinoamérica (CANLA)
26. Brazil Office Alliance
27. Observatório do Clima
28. Instituto Decodifica
29. Chalana Esperança
30. WWF-Brasil
31. Instituto Pólis
32. Instituto de Direito Coletivo – IDC
33. Plataforma CIPÓ
34. NOSSAS
35. Associação Alternativa Terrazul
36. IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas
37. Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)
38. Instituto Alana
39. APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
40. CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
41. Amazônia de Pé
42. AIDA – Interamerican Association for Environmental Defense
43. Global Witness